

# PLANIFICAÇÃO ECONÔMICA E CATALAXIA: UMA ANÁLISE DE JOHN MAYNARD KEYNES E FRIEDRICH HAYEK

*ECONOMIC PLANNING AND CATALAXY: AN ANALYSIS OF JOHN MAYNARD KEYNES AND FRIEDRICH HAYEK*

**Flávio Pansieri<sup>1</sup>**

Professor de Direito Constitucional da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR, Curitiba/PR, Brasil)

**ÁREA(S) DO DIREITO:** direito econômico; direito constitucional.

**RESUMO:** O presente artigo pretende esboçar o pensamento de John Maynard Keynes e Friedrich Hayek a partir de uma visão geral de suas noções político-econômicas. Valendo-se da revisão bibliográfica desses autores, discorre-se sobre o papel do Estado na dinâmica dos mercados, demonstrando a influência desses pensadores em momentos distintos do século XX, quais sejam, o pós-quebra da Bolsa de 1929 e o pós-segunda guerra. O artigo conclui pela conjugação desses ideais em prol de um verdadeiro Estado Democrático, que

postula o desenvolvimento econômico e permita a liberdade dos cidadãos.

**ABSTRACT:** *The current text aims to sketch the thought of John Maynard Keynes and Friedrich Hayek from an overview of his political-economic review. Based on the literature review of these authors, the role of the State in the dynamics of the markets is discussed, demonstrating their influence in different moments of the twentieth century, namely, the post-break of the 1929 and the post-second world war. The conclusion points to the combination of these ideals to a true democratic State, which postulates the economic development and allows the liberty of everyone.*

---

<sup>1</sup> Pós-Doutorando em Direito pela Universidade de São Paulo. Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Direito pela Universidade de São Paulo. Presidente do Conselho Fundador da Academia Brasileira de Direito Constitucional - ABDConst. Advogado. E-mail: pansieri@pansierikozikoski.com. Currículo: <<http://lattes.cnpq.br/0746109917958819>>.

**PALAVRAS-CHAVE:** keynesianismo; liberalismo; neoliberalismo; catalaxia.

**KEYWORDS:** *keynesianism; liberalism; neo-liberalism; catalaxia.*

**SUMÁRIO:** Introdução; 1 O *crash* de *Wall Street* como paradigma da política keynesianista; 2 A teoria de Keynes como resposta ao *Wall Street crash* e a formação do *welfare state*; 3 A retomada da teoria liberal com Friedrich Hayek; 4 As benesses da ordem cataláctica; Considerações finais; Referências.

**SUMMARY:** *Introduction; 1 The crash of Wall Street as a paradigm of the keynesianism policy; 2 The theory of Keynes as a response to the Wall Street crash and the shape of the welfare state; 3 The retaking of liberal theory with Friedrich Hayek; 4 The benefits of the order of the catallaxy; Final considerations; References.*

## INTRODUÇÃO

A crise econômica que abalou o mercado financeiro dos Estados Unidos em 1929 trouxe à tona a premente questão de se repensar o papel do Estado em sua relação com a economia. Deixada a seu curso, a bolsa de valores de Nova York viveu meses de galopante confiança no mercado e especulação que resultaram em um caos financeiro até hoje lembrado pelos norte-americanos.

Em meio a essa crise sem precedentes, John Maynard Keynes enunciou seus princípios econômicos que guiaram os Estados Unidos para um novo ciclo de prosperidade, potencializado pela Segunda Guerra Mundial que já se avizinhava. Isso ocorreu, especialmente, pela adoção do *New Deal* no governo do Presidente Franklin Roosevelt (32º Presidente), uma política de intervenção estatal nos setores financeiro, de infraestrutura e trabalho, plano que forjou o Estado de Bem-Estar que se consolidaria alguns anos depois.

Superada a crise econômica e finda a guerra, a extrema planificação era o novo inimigo que surgia no horizonte dos países ocidentais; o limite insuperável dessa forma de organização do Estado era o totalitarismo, sistema de governo adotado na URSS e que fora muito bem delineado por Hannah Arendt em *Origens do totalitarismo*. O receio, naquele período, era de que o Estado, que socorrera a todos na década de 1930, pudesse estender seus tentáculos para além do razoável e colonizar a vida de seus cidadãos. Assim, Friedrich Hayek desenvolvera suas ideias nos planos político e econômico, alertando a todos

que o totalitarismo estava à espreita dos países ocidentais, além de pontuar a necessidade de se delimitar a atuação pública.

Esse é o *locus* dialógico sobre o qual o presente artigo se desenvolve. Seu objetivo basilar é tratar desses dois modos distintos de pensar a intervenção do Estado na economia. A primeira parte é dedicada ao estudo do *Stock Market Crash of 1929*, a famosa crise de 1929, apontando seus pressupostos para demonstrar que a especulação foi a grande causa da quebra da Bolsa de Nova Iorque. Esse é o solo sobre o qual se desenvolvem as principais influências de Keynes na recuperação econômica dos Estados Unidos. Desse modo, no segundo momento, pretende-se delinear parte de suas ideias. Por fim, o texto investiga as críticas de Friedrich Hayek tanto ao caminho da servidão quanto à ampla planificação econômica e política, ideias que fortaleceram o neoliberalismo econômico levado adiante especialmente nos governos Reagan e Thatcher.

## 1 O CRASH DE WALL STREET COMO PARADIGMA DA POLÍTICA KEYNESIANISTA

No início da década de 1920, a Europa saía da primeira guerra despojada e em declínio econômico, enquanto os Estados Unidos viviam seu apogeu. De 1920 a 1929, esse país viveu o renascimento do liberalismo econômico, quando as amarras estatais foram sendo eliminadas em favor do grande otimismo econômico da *New Era* ou *Golden Twenties*, como ficou conhecida a década de 1920, sinônimo da notável prosperidade norte-americana.

A economia dos Estados Unidos passou por uma transformação profunda. Três foram os principais fatores: i) taxa de acumulação de capital e investimentos bastante elevada – da ordem de 20% do Produto Nacional Bruto no período de 1919 a 1929; ii) crescimento demográfico acima da média, graças à política de imigração; iii) e expansão do crédito. Cyro Rezende<sup>2</sup>, em sua obra *História econômica geral*, apresenta números que demonstram tal posição hegemônica da indústria norte-americana na primeira metade do século XX: o país respondia por 42,4% da produção mundial de produtos industrializados, sendo os maiores produtores das principais *commodities* – carvão, eletricidade, petróleo, aço, ferro fundido, metais não ferrosos e fibras têxteis artificiais. Toda essa produção e comercialização no mercado interno e externo renderam superávits consecutivos na bolsa de valores.

<sup>2</sup> REZENDE, Cyro. *História econômica geral*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 206-209.

Esse é o ambiente que propiciou a crise econômica de 1929, basicamente retratada como um problema de superprodução e subconsumo. Rezende lembra que, nos meses de setembro e outubro daquele ano, a Bolsa de Valores de Nova York foi de seu máximo apogeu ao declínio sem precedentes. Tal escalada no ritmo dos negócios teve como início o dia 3 de setembro de 1929. Mas para compreender a quebra da Bolsa é preciso perceber o processo como um todo, cujo ritmo de expansão econômica gerou uma onda de otimismo e confiança que ia muito além do arrazoado para o mundo dos negócios. O autor aduz que, até fevereiro de 1928, a alta do preço dos papéis era justificada pelas declarações constantes de lucro das empresas: a partir de então, todavia, os preços se mantiveram em constante elevação sustentada tão somente pela gigantesca e crescente onda especulativa.

A especulação fez com que a Bolsa subisse, em um período de quatro anos (de 1923 a 1927), de 236 para 577 milhões de títulos negociados. Em apenas três anos, de 1926 a 1929, o preço médio das ações comuns teve um aumento médio de 300%. Tudo isso impulsionado por uma elevação de 240% nos empréstimos em curto prazo à pessoa física. O clima de otimismo era tamanho que mesmo os empréstimos em curtíssimo prazo, com juros de 12% ao mês estavam em alta, tudo isso para impulsionar a onda especulativa criada em torno da economia que retroalimentava o próprio sistema. Naquele momento, pouco importava qual o valor do título: bastava a sensação de se estar adquirindo ações para compartilhar dos lucros prometidos, em uma expectativa de infinita multiplicação econômica.

O problema é que essa dinâmica artificializou o real crescimento da economia, pois as ações das empresas apresentavam um preço que em muito superava o valor patrimonial da entidade. O mês de outubro de 1929 marca o grande colapso econômico de *Wall Street*. No dia 19 deste mês, 3.488.100 de ações foram negociadas na Bolsa. Tal volume de negócios gerou desconfiança no mercado como um todo, o que fez com as ações comesçassem a perder valor. Esse foi o início do *tsunami* que varreu a economia norte-americana. Dois dias depois, o volume de ações negociadas na Bolsa foi muito maior: 6.091.870. Na quinta-feira daquela semana, conhecida como *black thursday* (quinta-feira negra), 12.894.650 ações foram vendidas na Bolsa. Os grandes bancos dos Estados Unidos tentaram conter o estouro daquela semana, compondo um fundo para comprar lotes de ações. Mas, àquela altura, seria como usar uma bacia para salvar um transatlântico em submersão: na segunda-feira seguinte, dia 28, foram

9.250.000 ações vendidas e, na terça-feira, 16.410.030 ações, o dia mais crítico de *Wall Street*.

Na análise de Rezende, o ponto fundamental do *crack* da Bolsa se deveu a um crescente distanciamento entre as curvas de oferta e demanda, artificialmente equilibradas pela política de financiamento ao consumo. As perdas na indústria automobilística abriram a fenda na fuselagem que conduziram ao colapso de 1929, a mesma indústria que, curiosamente, teve que ser socorrida na mais recente crise de 2008.

A retração da indústria de automóveis, um dos setores industriais líderes, desnudou o frágil equilíbrio da economia americana. Os especuladores começaram a se retirar do mercado acionário, fundamental para a captação de recursos e para a manutenção da imagem de prosperidade da economia como um todo. Causaram um prejuízo somente na Bolsa de Nova York, de 25 bilhões de dólares entre setembro e novembro, contra um PIB de 100 bilhões em 1929. E demonstraram que uma economia que baseava seu desempenho na produção de bens de consumo de massa, necessitava da existência do pleno emprego para garantir uma taxa razoável de retorno do investimento e de uma melhor redistribuição de renda interna. Não podia, indefinidamente, ser subsidiada tanto pelo financiamento indiscriminado ao consumo como por uma crescente captação de recursos via participação acionária, que desde 1926 deixara de levar em conta o valor patrimonial das empresas, ou mesmo sua projeção de lucros futuros, para se basear simplesmente na crença irracional de que “o valor das ações deveria necessariamente subir, pois a economia estava em expansão”.<sup>3</sup>

O efeito e a saída encontrada para minorar as consequências dessa crise apontam para um economista em especial: John Maynard Keynes e a visão do Estado intervencionista. Compreender esse período complexo da história

<sup>3</sup> Ibidem, p. 204-205.

econômica dos Estados Unidos é mote fundamental para localizar temporalmente o pensamento keynesiano e sua importância histórica.

## 2 A TEORIA DE KEYNES COMO RESPOSTA AO WALL STREET CRASH E A FORMAÇÃO DO WELFARE STATE

Keynes, após a conferência intitulada *The End of Laissez-Faire*, promovida em 1924, anunciava a necessidade de algum tipo de controle coordenativo do Estado sobre a economia. Duas razões fundamentavam sua visão: (i) a economia nacional não deve ser deixada a mercê do juízo privado; (ii) é temerário resignar os grandes investimentos somente às vias da iniciativa privada. O economista aduz que a filosofia do *laissez-faire* surgiu para acomodar ideais individuais e sociais, retirando os filósofos contratuais da arena política para dar espaço aos *business man*. Em suas palavras: “*The principle of laissez-faire had arrived to harmonise individualism and socialism, and to make a tone Hume’s egoism with the greatest number. The political philosopher could retire in favour of business man*”<sup>4</sup>. A respeito do investidor privado, que busca o lucro como ponto principal de suas expectativas, ele aduz: “*This is a fine picture of the great captain of industry*<sup>5</sup>, *the master-individualist, who serves us in serving himself, just, as any other artist does. Yet this one, in his turn, is becoming a tarnished idol. We grow more doubtful whether it is he who will lead us into paradise by the hand*”<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> KEYNES, John Maynard. The end of laissez-faire. Disponível em: <<http://www.panarchy.org/keynes/laissezfaire.1926.html>>. Acesso em: 17 out. 2017.

<sup>5</sup> Keynes está se referindo à seguinte descrição do industrial como uma figura heróica, atribuída a Marshall, em *The Social Possibilities of Economic Chivalry*: “*Men of this class (Marshall wrote in The Social Possibilities of Economic Chivalry, Economic Journal, XVII, 1907 - 9) live in constantly shifting visions, fashioned in their own brains, of various routes to their desired end; of the difficulties which Nature will oppose to them on each route, and of the contrivances by which they hope to get the better of her opposition. This imagination gains little credit with the people, because it is not allowed to run riot; its strength is disciplined by a stronger will; and its highest glory is to have attained great ends by means so simple that no one will know, and none but experts will even guess, how a dozen other expedients, each suggesting as much brilliancy to the hasty observer, were set aside in favour of it. The imagination of such a man is employed, like that of the master chess-player, in forecasting the obstacles which may be opposed to the successful issue of his far-reaching projects, and constantly rejecting brilliant suggestions because he has pictured to himself the counter-strokes to them. His strong nervous force is at the opposite extreme of human nature from that nervous irresponsibility which conceives hasty Utopian schemes, and which is rather to be compared to the bold facility of a weak player, who will speedily solve the most difficult chess problem by taking on himself to move the black men as well as the white*” (Idem).

<sup>6</sup> Idem.

As justificativas que legitimaram a adoção da política do *laissez-faire* são, sobretudo, a corrupção e a incompetência dos governos herdados do século XVIII. Keynes faz dura crítica aos governos nesse período, argumentando que “*almost everything which the State did in the eighteenth century in excess of its minimum function was, or seemed, injurious or unsuccessful*”<sup>7</sup>. Para ele, a incapacidade dos governos teve como consequência natural o estabelecimento de uma visão compartilhada por pensadores da política de que o Estado não estava preparado para intervir na economia de modo prospectivo.

Além desse argumento, o economista lembrou ainda que todos os progressos materiais daquele tempo acabaram por vir dos entes privados, mantendo o Estado e a economia como dois domínios distintos, guiados por lógicas que não se complementavam e, sobretudo, movidos por forças completamente diferentes: “*State action should be narrowly confined and economic life left, unregulated so far as may be, to the skill and good sense individual citizens actuated by the admirable motive of trying to get on in the world*”<sup>8</sup>.

Assim, o Estado era visto como uma instituição que deveria se distanciar da economia. No entanto, Keynes pensava de modo distinto. Sua teoria serviu como guia em diversos países entre as décadas de 1930 e 1970. O palco para a análise de seus postulados são os Estados Unidos, principal economia já naquele momento do século XX (década de 1930). Suas ideias foram usadas pelo presidente Roosevelt no *New Deal* como forma de socorrer a economia norte-americana após o *Wall Street Crash* da *New York Stock Exchange* – NYSE em 1929. Nesse período, houve crescimento econômico com baixas taxas de desemprego e inflação controlada em patamares adequados. Isso não significa que a teoria keynesiana seja infalível, mas foi importante para aquele momento histórico naquele contexto geográfico, econômico e social.

Consoante apontado anteriormente, a relação entre superprodução e subconsumo levou a economia norte-americana à bancarrota. O período conhecido como “a grande depressão” consumiu parcela significativa da economia ocidental, já que os Estados Unidos atuavam em duas grandes frentes: (i) produção da maior parte dos produtos primários que movimentavam a economia da região; (ii) financiamento de governos e instituições financeiras.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Idem.

Cyro Rezende<sup>9</sup> lembra que os americanos emprestaram a diversos países quase um bilhão de dólares entre 1927 e 1929, enquanto em 1932 deixaram de emprestar e ainda retomaram um quarto de bilhão de dólares para salvar sua economia. No Brasil, os efeitos da retração econômica foram sentidos na exportação do café. Sem compradores, o valor da saca de café caiu 90%, forçando a queima de milhões de sacas na tentativa de segurar os preços. Mais de oito mil bancos norte-americanos declararam falência entre 1931 e 1933. O Produto Nacional Bruto sofreu retração de 46% de 1929 a 1933, enquanto a produção industrial caiu pela metade, pois não havia mercado consumidor. Com a economia em frangalhos, a taxa de desemprego subiu de um milhão e meio para treze milhões, e os salários tiveram redução de 60%.

Diante da crise, as mudanças ocorrem. Esse cenário caótico possibilitou a adoção de alternativas, e Keynes procurou remodelar o papel do Estado nessa dinâmica. O economista acreditava que as crises estão na essência do capitalismo, sendo necessário algum tipo de controle (*fiscal policy*) para diminuir as suas consequências. Segundo Avelãs Nunes<sup>10</sup>, “estas economias precisam ser equilibradas e podem ser equilibradas, o que implica que o Estado assuma funções complexas no domínio da promoção do desenvolvimento econômico, do combate ao desemprego e da promoção do pleno emprego, da redistribuição do rendimento e da segurança social”.

Uma questão que ainda é fundamental para os economistas, ao menos desde que Adam Smith estabeleceu uma nova forma de estudo desta ciência, é até que ponto deve o Estado assumir funções no domínio econômico. Esse mesmo problema se repete em nível filosófico, político e jurídico, ao se indagar se seria útil e viável um total controle pelo Estado? Ou, ao contrário, poderia se pensar em sua total ausência? Tal questionamento dividiu historicamente os autores do keynesianismo e os economistas liberais que ganharam reforço com Friedrich Hayek<sup>11</sup> nos anos 1970 após o enfraquecimento do Estado-providência. Certo, para Keynes, é que “as implicações de política econômica da aplicação do caso clássico aos problemas econômicos do mundo real são enganosas e calamitosas”,

<sup>9</sup> REZENDE, Cyro. *História econômica geral*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 208.

<sup>10</sup> NUNES, Antonio José Avelãs. *Uma introdução à economia política*. São Paulo: Quartier Latin, 2007a. p. 588.

<sup>11</sup> O pensamento de Hayek será delineado adiante.

consoante assevera Paul Davidson<sup>12</sup>. Em outras palavras, as observações de Smith de que o mercado se autorregularia por leis de preço, demanda e oferta encontram escopo na obra de Keynes como ponto de considerações profundas, tanto por suas benesses – desenvolvimento da indústria e do comércio, por exemplo – quanto por seus resquícios indesejáveis, como o alargamento da desigualdade social entre ricos e pobres.

Para Keynes, o Estado não deveria ter o absoluto controle da economia. Sua importância, no entanto, está na geração de estímulos. Diferente dos investidores privados que visam somente seus interesses pessoais, principalmente o retorno de seu investimento na forma do lucro, o ente público goza de vitaliciedade, devendo estruturar a sociedade de modo intertemporal e atendendo a demandas que não são produtivas do ponto de vista do comércio – ou seja, que não surtem o interesse da iniciativa privada. Avelãs Nunes<sup>13</sup>, a esse respeito, comenta que, a partir do reconhecimento do Estado como um balizador da economia, Keynes percebeu que o colapso de 1929 se deveu em grande medida pelo excessivo número de desempregados sem poder de compra. Avelãs lembra ainda ser fundamental a existência de algum subsídio para os doentes e inválidos e um sistema de aposentadoria destinada aos idosos, para que possam se manter após deixarem o mercado de trabalho.

Inexistindo poder de compra, a economia não se moveria com a força mínima necessária para sair do vermelho. Assim, Keynes pugnava pela criação de meios para gerar uma demanda maior, estabelecendo instrumentos para que as pessoas pudessem gastar mais. A função do governo seria encorajar a iniciativa privada a investir mais e ele próprio estabelecer maciços investimentos para aquecer a economia e gerar confiança.

Encontrando-se o Estado em situação de poder calcular a eficiência marginal dos bens de capital a longo prazo e com base nos interesses gerais da comunidade, espero vê-lo assumir uma responsabilidade cada vez maior na organização direta dos investimentos, ainda mais considerando-se que, provavelmente, as flutuações

---

<sup>12</sup> DAVIDSON, Paul. Colocando as evidências em ordem: macroeconomia de Keynes *versus* velho e novo keynesianismo. In: LIMA, Gilberto Tadeu; SICSÚ, João; DE PAULA, Luiz Fernando. *Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 37.

<sup>13</sup> NUNES, Antonio José Avelãs. *Introdução à história da ciência econômica e do pensamento econômico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007. p. 588-589.

na estimativa do mercado da eficiência marginal dos diversos tipos de capital, calculada na forma descrita antes, serão demasiado grandes para que se possa compensá-las por meio de mudanças viáveis na taxa de juros.<sup>14</sup>

A teoria de Keynes buscava conciliar progresso social e eficácia econômica. Subjaz a esse objetivo duas lacunas que os economistas precisavam preencher: a compreensão do desemprego involuntário e a arbitrária repartição da riqueza que aprofundava ainda mais a ampla desigualdade social. A questão do desemprego é fulcral para o autor. Nos tempos de Keynes, o desemprego era tido como doença, ociosidade convicta ou até mesmo falta de caráter por parte dos trabalhadores<sup>15</sup>. Não se tratava de um problema do Estado, sobretudo porque se acreditava que a economia seria capaz de naturalmente gerar o pleno emprego.

Segundo Fabrício Jose Missio e José Luis Oreiro<sup>16</sup>, Keynes nega a automaticidade da geração do pleno-emprego pelas teorias da Lei de Say e pela Teoria Quantitativa da Moeda<sup>17</sup>. Essas teorias clássicas enunciavam que “a

<sup>14</sup> KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 171.

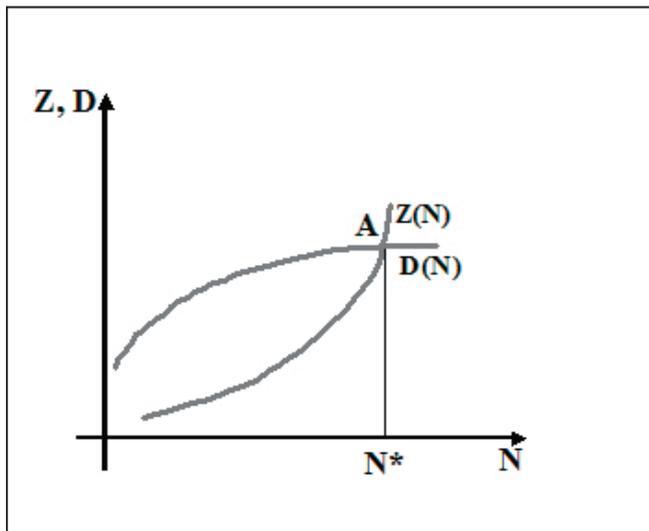
<sup>15</sup> Neste caso se está tratando do desemprego involuntário. Existe também a modalidade do desemprego voluntário, na qual o trabalhador acredita que o salário oferecido está aquém de seu interesse.

<sup>16</sup> MISSIO, Fabrício Jose; OREIRO, Jose Luis. Equilíbrio com desemprego involuntário em um modelo de ciclo-limite. *Economia*, Brasília/DF, v. 9, n. 3, p. 545-575, set./dez. 2008, p. 546.

<sup>17</sup> Missio e Oreiro lembram que nem todos aceitaram a hipótese de Keynes: “O pensamento convencional, no entanto, não aceitou as conclusões da macroeconomia Keynesiana. Como tentaram mostrar uma série de autores (Hicks (1937); Modigliani (1944); Patinkin (1948, 1956); Tobin (1969); entre outros), no que mais tarde seria chamado de síntese neoclássica, as proposições da economia – no que tange à determinação do nível da capacidade produtiva a ser empregada – ainda poderiam ser descritas pelo pensamento econômico clássico, em que, segundo estes, garantidas as condições normais (leia-se, a flexibilidade de preços e salários) a economia tenderia a sua posição de equilíbrio com pleno-emprego. Mais especificamente, estes autores buscam mostrar que, havendo uma relação linear e inversa entre o nível geral de preços e o produto real, o modelo proposto pela macroeconomia keynesiana seria válido somente a curto prazo, onde as flutuações econômicas eram o resultado da rigidez de preços e de salários. No longo prazo continuavam válidas as proposições da economia clássica, de que mercado se ajusta a possíveis falhas e de que a economia segue a sua trajetória natural” (Ibidem). No prefácio de sua *Teoria geral*, Keynes deixa claro que orienta sua pesquisa aos economistas, e que já havia defendido a economia clássica que se tornara objeto de sua crítica: “Se a economia ortodoxa está em desgraça, o erro não se encontra na superestrutura, que foi elaborada com grande cuidado, levando em conta a consistência lógica, mas na falta de clareza e de generalidade das premissas. Assim, só posso conseguir meu objetivo de persuadir os economistas a reexaminarem criticamente certos de seus postulados

economia tende a convergir no longo prazo para um ponto de equilíbrio em que prevalece a ocupação plena dos recursos disponíveis". Pela firme convicção nas teorias clássicas de que o pleno emprego seria atingido naturalmente, o estímulo ao consumo desenfreado somado a uma significativa alta na produção e muita especulação no mercado financeiro, que haviam gerado *crash* da bolsa em 1929.

Keynes, no entanto, mostra que há um limite para o lucro das empresas, não havendo relação entre aumento de rendimento e ampliação do número de empregados. Missio e Oreiro<sup>18</sup> demonstram esta conclusão de Keynes por meio do seguinte gráfico:



básicos através de uma argumentação altamente abstrata e também de muita controvérsia. Gostaria que tivesse podido haver menos desta última, mas julguei-a importante, não apenas para explicar meu próprio ponto de vista como também para demonstrar em que aspectos ele diverge da teoria predominante. Suponho que os que estão fortemente apegados àquilo que chamarei 'a teoria clássica' flutuarão entre a crença de que estou completamente errado e a crença de que não estou dizendo nada de novo. Cabe a outros determinar se uma dessas duas ou ainda uma terceira alternativa está correta. Os trechos de controvérsia objetivam fornecer algum material para uma resposta, e devo pedir perdão se, na busca de distinções claras, meus argumentos são demasiado duros. Eu mesmo defendi com convicção, durante anos, as teorias que agora ataco, e não ignoro, acho, seus pontos fortes" (KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 27).

<sup>18</sup> MISSIO, Fabrício Jose; OREIRO, Jose Luis. Equilíbrio com desemprego involuntário em um modelo de ciclo-limite. *Economia*, Brasília/DF, v. 9, n. 3, p. 545-575, set./dez. 2008, p. 549.

No gráfico,  $N$  representa o nível de emprego, cruzado por duas funções:  $Z(N)$  corresponde à oferta agregada, ou seja, o que os empresários esperam receber para cobrir todos os seus custos de produção, incluindo os salários nominais. Representa o mínimo que o empresário aceita receber pelo seu produto para bancar sua produção. Já a reta  $D(N)$  corresponde às estimativas de demanda agregada das empresas, isto é, as estimativas de quanto se auferirá com a venda de sua produção. Haverá maior oferta de postos de trabalho quando a expectativa de lucro dos empresários for razoável. O nível de emprego efetivo ocorre quando as duas funções se interceptam (ponto de demanda efetiva).  $N^*$  corresponde ao número de postos de trabalho que as indústrias estão dispostas a oferecer, considerando o valor do salário nominal e a expectativa pelo valor que se auferirá com a venda dos produtos.

Analisando o gráfico, os autores estabeleceram um corte em  $N^*$ . O quadrante da esquerda mostra que a expectativa de obtenção de receita pela venda de sua produção ( $D$ ) é maior do que os empresários exigem (minimamente) para produzir os produtos ( $Z$ ) e, logo, oferecer emprego. Isso leva os autores a considerarem que “daqui se segue que as empresas podem aumentar o seu lucro se aumentarem o nível de emprego até  $N^*$ ”. Do lado direito, por sua vez, observa-se que a receita que se espera obter é menor do que a receita mínima que o produto exige para a sua produção, o que não se sustentaria em curto prazo pelo ônus financeiro engendrado. Nessa hipótese, “as empresas podem aumentar o seu lucro se reduzirem o nível de emprego até  $N^*$ ”. A conclusão é de que o ponto de demanda efetiva, representado pela letra  $A$ , mostra o lucro máximo que o empresário pode auferir considerando custo de produção e preço de venda.

A razão dessa explicação de Keynes é simples: desmistificar a crença que o pleno-emprego é algo atingível pelas próprias forças naturais, derrubando o caráter natural que permeava as teses econômicas clássicas (liberais). Nos precisos termos de Missio e Oreiro:

Assim, ao estabelecer o princípio da demanda efetiva, Keynes demonstrou que existe um limite à expansão lucrativa da produção independentemente da existência ou não de desemprego no mercado de trabalho. Conforme se demonstrou, o par produção e emprego é definido pelo princípio da demanda efetiva. Este, por sua vez, depende das expectativas

quanto à rentabilidade esperada por parte das firmas no início do processo de produção. Logo, a existência de desemprego involuntário não depende da hipótese de que existe algum tipo de rigidez no mercado de trabalho e, também, não pode ser eliminado por uma redução no salário nominal, pois nada garante que essa redução ampliará o nível de emprego oferecido pelas firmas.<sup>19</sup>

Retornando ao tema antecedente, a questão do desemprego, somada a geração de riqueza de forma desigual, legitimava, na visão de Keynes, a atuação do Estado na economia. Avelãs Nunes lembra que por trás do keynesianismo está a criação do Estado Social (também chamado de Estado providência ou *Welfare State*), cuja noção mais fundamental é da responsabilidade social coletiva baseada na intervenção no domínio econômico, redistribuição da riqueza e do rendimento, regulamentação das relações sociais, reconhecimento em favor dos trabalhadores dos direitos econômicos e sociais, e, ainda, implementação de sistemas públicos de segurança social<sup>20</sup>.

Acerca do *Welfare State*, ou Estado de Bem-Estar Social, Norberto Bobbio<sup>21</sup> comenta que foi adotado como uma atenuação do liberalismo clássico para conter o avanço do socialismo. Sua primeira forma ocorreu no século XIX, com a intervenção estatal no financiamento e administração de programas de seguro social (na Alemanha, isso ocorreu já no ano de 1889). A grande intervenção do Estado, segundo Bobbio, foi registrada apenas nos anos 20 e 30 do século XX em virtude da Primeira Guerra Mundial, quando foi necessária a expansão da indústria bélica e a distribuição de alimentos. E, no caso dos Estados Unidos, como falado, o *New Deal*, resultado da crise de 1929, detinha forte apelo interventor para a reconstrução da economia.

Entre o *Welfare State* – gestado na política econômica de Keynes – e o marxismo há uma semelhança e diversas diferenças. A semelhança é a busca por justiça social sem exceção de uma atuação do Estado (é claro que a atuação

<sup>19</sup> Ibidem, p. 551-552.

<sup>20</sup> NUNES, Antonio José Avelãs. *Introdução à história da ciência econômica e do pensamento econômico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007. p. 589-590.

<sup>21</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; GIANFRANCO, Pasquino. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: UNB, 1998. p. 403-404 e 417.

do Estado na revolução proletária se dá no primeiro momento, pois o escopo do marxismo era o rompimento com a superestrutura). Fora isso, as diferenças são palpáveis e a mais evidente é a de que o ideal do Estado providência se consolidou a partir das estruturas do capitalismo, sem jamais transcendê-lo. Muito pelo contrário. Avelãs Nunes lembra que a análise econômica do keynesianismo procurou salvar o capitalismo, reduzindo a intensidade e a duração de suas crises internas, elemento que é e sempre parte de sua racionalidade intrínseca. Logo, não se pretendia soluções revolucionárias para o capitalismo.

Daí que eles não tenham resolvido o problema do “subdesenvolvimento”; não tenham impedido o alargamento do fosso entre “países desenvolvidos” e “países subdesenvolvidos”; não tenham acabado com as crises cíclicas do capitalismo; não tenham posto cobro<sup>22</sup> à desigualdade na distribuição do rendimento, cuja agravamento leva a que se fale já da necessidade de incluir no elenco dos direitos fundamentais o *direito a uma igualdade razoável*; não tenham acabado, evidentemente, com o regime do salariado e com a relação de exploração que lhe é inerente.<sup>23</sup>

A análise do keynesianismo é completamente relacionada à crise econômica de 1929. Conforme ressaltado, Keynes se solidarizava com a atuação do Estado na economia e chancelou teoricamente a política do *New Deal* de *Roosevelt*. E os investimentos públicos foram maciços no tocante a aquecer a economia e conduzir a investimentos. De 1933 a 1942, foram treze bilhões de dólares investidos em grandes obras públicas: um milhão de quilômetros de estradas, setenta e sete mil pontes, duzentos e oitenta e cinco aeroportos e cento e vinte e dois mil edifícios públicos. Além disso, assegurou-se aos bancos os depósitos de até cinco mil dólares, mas se limitou a concessão de crédito e se investiu nos setores de agricultura e pecuária, que também estavam em dificuldade<sup>24</sup>.

---

<sup>22</sup> Sinônimo de termo, fim.

<sup>23</sup> NUNES, Antonio José Avelãs. *Introdução à história da ciência econômica e do pensamento econômico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007. p. 590.

<sup>24</sup> Assim, consoante Rezende (2005, p 210-213), o *New Deal* não mudou o modo de fazer economia nos Estados Unidos, pois esse não era o seu intuito, mas estabilizou o abalo provocado pela crise.

Essa política se tornou paradigmática em todo o mundo ocidental. Os países mais ricos (sobretudo na Europa) intensificaram a intervenção estatal e viveram o período do Estado de Bem-Estar Social, enquanto os países em desenvolvimento aumentaram suas indústrias e empresas públicas, de modo a financiar parte do próprio investimento. Tal movimento encontrou oposição daqueles que se reconheciam mais afeitos à teoria clássica liberal. Entre eles, Friedrich Hayek, cujas teorias passaram a influenciar a Inglaterra e os Estados Unidos a partir de meados da década de 1970.

### 3 A RETOMADA DA TEORIA LIBERAL COM FRIEDRICH HAYEK

A intervenção do Estado na área econômica teve um momento de refluxo a partir da década de 1970. Se a proposta inspirada pelo keynesianismo era de fomentar o ente público a atuar em paralelo ao privado, de modo a gerar empregos e proporcionar o crescimento econômico, ela parecia ter atingido seu limite. Iniciou-se a era da chamada estagflação, que conduziu a altas taxas de inflação somada ao desemprego e crescimento quase nulo do Produto Interno Bruto. Tais fatores deram relevo a tese dos economistas denominados neoliberais, a exemplo da famosa Escola Austríaca, a qual pertenceram importantes pensadores da área econômica, como Carl Menger, Friedrich Von Wieser, Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek.

Entre esses economistas, Hayek se tornou figura elementar para a compreensão da política e da economia no século XX, sobretudo pela projeção conquistada ao influenciar os governos britânico de Margaret Thatcher (1979) e norte-americano de Ronald Reagan (1981). Ambos os governos se alçaram ao poder com a missão de encontrar uma saída para a estagflação, legado das políticas de Keynes. É importante referenciar que o pensamento hayekiano não se opõe ao Estado de Bem-Estar Social gestado em parte por Keynes. Seu enfoque era mais amplo e se voltava ao papel do Estado na economia. Para tentar compreender o *modus operandi* do Estado na gerência das instituições sociais, o economista austro-britânico cruzou as trincheiras capitalistas entre 1930 e 1940 para estudar o inimigo soviético, ou seja, para averiguar se ele seria mais adequado para lidar com as questões do mercado.

Sua conclusão é que não importa o modelo político-econômico adotado, seja o modelo comunista ou o capitalista: o maior erro se encontra na tese de que o controle centralizado do planejamento econômico pelo Estado é melhor do que a liberdade do próprio mercado em corrigir as suas próprias debilidades.

Tal controle era vislumbrado tanto no sistema comunista quanto, também, no capitalismo com a política keynesiana. Essa conclusão está bastante evidenciada em uma das mais conhecidas obras do economista austro-britânico, *O caminho da servidão*, publicada em 1944.

No estandarte da Segunda Guerra Mundial, Friedrich Hayek chamava a atenção para o perigo de que a ambição de controle pelos Estados pudesse lhes conduzir ao sistema totalitário, que nessa época já era a realidade do governo da Alemanha de Adolf Hitler, em especial, mas também estava presente no governo de Josef Stalin, na União Soviética. Sua advertência era que países ocidentais livres, como a Inglaterra, poderiam estar trilhando sem perceber o caminho que já havia conquistado a Alemanha, a Itália e a União Soviética na elaboração de governos autoritários: todas essas nações, segundo ele, foram conduzidas inicialmente por objetivos nobres associados a teorias de governo socialistas<sup>25</sup>. Advogando em proveito do liberalismo, tese absolutamente contrária à realidade daqueles países, Hayek argumentava que, quanto maior o poder do Estado, maior será o seu controle sobre a liberdade pública. O fim último do controle estatal é exatamente o totalitarismo, que restringe a liberdade individual de modo praticamente irrestrito e absoluto.

Dessa maneira, o assunto principal de *O caminho da servidão* é a questão da planificação econômica, isto é, a clássica discussão que aborda os limites do poder e do controle estatal na seara econômica. Antes do fim da Segunda Guerra, o sucesso da política planejada socialista e o seu avanço sobre o mundo capitalista geravam grande discussão nos meios intelectuais. Para Hayek, reafirmando a posição do filósofo político francês Alexis de Tocqueville, democracia e socialismo são conceitos cujas lógicas internas são contraditórias. A única similaridade possível entre esses dois universos distintos é compartilhar o termo igualdade; no mais, opõem-se veementemente. Todavia, a despeito dessa clara distinção inicial, Hayek afirmava que a influência da teoria comunista avançava quase que despercebida no ocidente: se Marx proclamava o fim do Estado, já no século XX o socialismo foi se acomodando ao Estado liberal e incorporando seus elementos. Aos poucos, foi-se diminuindo a fronteira vocabular da teoria social

---

<sup>25</sup> Em suas palavras: “Não menos importante é a história intelectual de muitos líderes nazistas e fascistas. Quem assistiu ao crescimento desses movimentos na Itália ou na Alemanha ficou impressionado pela quantidade de líderes, de Mussolini para baixo (sem excluir Laval e Quisling), que começaram como socialistas e acabaram se tornando fascistas ou nazistas” (HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. Lisboa: Edições 70, 2009. p. 55).

e econômica para incorporar ideias que inicialmente lhes eram alheias, como noção de liberdade.

Desse modo, o economista aduz que o socialismo aos poucos passou a se intitular como portador do caminho que conduziria à “nova liberdade”, isto é, “o advento do socialismo seria um salto do reino da necessidade para o reino da liberdade. Ele traria a ‘liberdade econômica’, sem a qual a liberdade política já obtida ‘de nada serviria’”<sup>26</sup>. O autor quer dizer com isso que os socialistas conclamavam a busca pela liberdade que, no entanto, não se faria a partir do Estado liberal: os indivíduos deveriam vencer os grilhões da desigualdade e enunciar um novo modelo de distribuição equitativa da riqueza. Esse constituiria o cerne da liberdade. Logo, somente a doutrina social seria capaz desse objetivo. Em outros termos, a doutrina socialista se aglutinou à busca de justiça social, encontrando nessa teoria a resposta para as inúmeras indagações que faziam há muito.

Neste sentido:

Não pode haver qualquer dúvida de que a promessa de maior liberdade se tornou uma das mais eficazes armas da propaganda socialista e que a crença de que o socialismo trará liberdade é genuína e sincera. Mas isto só agravaria a tragédia caso se descobrisse que o que nos foi prometido como caminho para a liberdade era, na verdade, o caminho para a servidão. Não há dúvida de que a promessa de mais liberdade foi responsável por atrair mais e mais liberais para o caminho socialista, por cegá-los para o conflito existente entre os princípios fundamentais do socialismo e o liberalismo e, muitas vezes, por ter permitido aos socialistas usurparem o próprio nome do antigo partido da liberdade. O

<sup>26</sup> Ibidem, p. 51. Ainda segundo esse autor: “É importante perceber a sutil alteração de sentido a que se submeteu a palavra liberdade para tornar plausível este argumento. Para os grandes apóstolos da liberdade política, essa palavra significava que o indivíduo estaria livre da coerção e do poder arbitrário de outros homens, livre das restrições que não lhe deixavam outra alternativa senão obedecer às ordens do superior ao qual estava vinculado. Na nova liberdade prometida, porém, o indivíduo se libertaria da necessidade, da força das circunstâncias que limitam inevitavelmente o âmbito da efetiva capacidade de escolha de todos nós, embora o de alguns muito mais do que o de outros. Para que o homem pudesse ser verdadeiramente livre, o ‘despotismo da necessidade material’ deveria ser vencido, e atenuadas ‘as restrições decorrentes do sistema econômico’”.

socialismo foi abraçado pela maioria da *intelligentsia* como sendo o herdeiro aparente da tradição liberal: por isso, não surpreende que, para eles, a ideia de o socialismo levar ao oposto de liberdade lhes pareça inconcebível.<sup>27</sup>

Segundo Hayek, muitos intelectuais foram tomados por esse engodo e estavam se filiando a uma corrente de pensamento que conduziria ao totalitarismo, consoante afirmado anteriormente. Por isso ele se preocupava com o futuro da Inglaterra. Para evitar dúvidas, Hayek enuncia que o socialismo não poderia ser tido como uma doutrina do qual se obtém a liberdade, mas, em sentido oposto, limita-a ou a elimina: ao contrário da propriedade privada e dos meios de produção, o socialismo apoia a economia planificada, gerida por um órgão central. Esse órgão, orientando-se sempre por termos vagos e imprecisos – tais como “objetivo social”, “propósito comum”, “bem-estar geral” e “interesse comum” –, acabaria por adotar um objetivo pensado por um restrito grupo que compõe o núcleo do partido. Tal situação, por si, contrapõe-se à lógica mais basilar de democracia.

Por outro lado, Hayek também discordava de o Parlamento escrutinar um plano político econômico, uma vez que esse é um assunto para o qual qualquer consenso é impossível. Tal fato desagradaria os representados e serviria apenas para expor os representantes do povo, levando-os ao escárnio. Ele argumenta que a solução que poderia se chegar é clamar por especialistas da área para a elaboração e condução de planos econômicos que atendessem aos clamores da sociedade – um “ditador econômico” –, que, por sua vez, soaria novamente como uma tendência antidemocrática.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>28</sup> Hayek desenvolve a ideia da planificação em: *O caminho da servidão*. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 71-84. Assim, o autor explica que, em sua concepção, todo plano econômico, para merecer esse nome, deve basear-se em uma concepção unitária. Ainda que, passo por passo, um parlamento chegasse a concordar sobre um esquema qualquer, esse acabaria infalivelmente por não satisfazer a ninguém. “Um todo complexo em que as partes devem ser ajustadas umas às outras com a maior precisão não pode ser obtido mediante acomodação de ideias conflitantes. Traçar dessa maneira um plano econômico é ainda menos possível do que, por exemplo, planejar com êxito uma campanha militar por processos democráticos. Como acontece na estratégia, seria inevitável delegar a tarefa aos especialistas. Todavia, a diferença reside em que, enquanto ao general responsável por uma campanha é confiado um objetivo único a que, enquanto durar essa campanha, todos os meios sob seu controle deverão ser exclusiva mente consagrados, ao planejador econômico não se pode dar uma meta única, nem é possível impor-lhe igual limitação dos meios a utilizar. O general não se vê obrigado a decidir

A partir dessas análises, duas questões emergem do problema indicado: Por que não constituir um time de especialistas para gerir a questão econômica e qual a solução apontada por Hayek? No primeiro caso, comenta o autor que muitos acreditam que o problema econômico é de segunda categoria de importância e, portanto, deveria ser retirado do poderio democrático do povo para ser resolvido por quem entende do assunto. O resultado direto dessa atitude seria munir o povo de mais liberdade: retirando de seu poder algo menos importante, como a economia, dar-se-ia a ele tempo maior para se importar com aspectos mais essenciais de sua vida. A esse respeito, Hayek diz que seria admissível o “ditador econômico” mesmo no regime democrático.

Contudo, será a economia, tanto macro quanto micro, um problema de segunda ordem na vida das pessoas? O pensador lembra que os temas que gravitam em torno das questões econômicas dificilmente são objetos primários da busca das pessoas – o dinheiro, por exemplo, é um instrumento para se obter outras coisas que possibilitam a sobrevivência e promovem o conforto, mas não se constitui como a finalidade da vida de alguém (com exceção dos aventos). Todavia, elas estão impregnadas no cotidiano das pessoas. Planificar a economia significa retirar de cada um o poder de decisão, isto é, definir o que se entende por necessidades menos e mais importantes e o que são as prioridades<sup>29</sup>. Considerando que os recursos são escassos, as escolhas sobre sua destinação

---

entre diferentes objetivos possíveis. Para ele só existe uma única meta suprema. Mas os objetivos de um plano econômico, ou de uma parte deste, não podem ser definidos independentemente do plano em si. A essência do problema econômico está em que a elaboração de um plano envolve a escolha entre finalidades conflitantes ou que competem entre si – diferentes necessidades de pessoas diversas. Mas só aqueles que conhecem todos os fatos saberão quais são os objetivos que realmente conflitam, e quais os que terão de ser sacrificados em benefício de outros – em suma, entre que alternativas é preciso escolher. E apenas eles, os especialistas, estão em condições de decidir qual dos diferentes objetivos terá de ser prioritário. É inevitável, assim, que eles imponham a sua escala de preferência à comunidade para a qual planejam”.

<sup>29</sup> “A nossa liberdade de escolha numa sociedade com um regime de concorrência baseia-se no fato de poder recorrer a outrem caso alguém recuse satisfazer nossos desejos. E o mais poderoso dos monopólios imagináveis seria uma autoridade que dirigisse todo o sistema econômico. Apesar de, provavelmente, não termos a reacear que uma autoridade explorasse este poder como o faria um monopólio privado, apesar de o seu propósito não ser a extorsão do máximo lucro possível, teria ainda assim o poder de decidir o que nos é dado e em que termos. Decidiria não só que bens e serviços estariam disponíveis, e em que quantidades, mas controlaria também a sua distribuição por distritos e grupos, e poderia, se quisesse, discriminar pessoas. Quando nos lembramos por que razão o planejamento é defendido pela maioria das pessoas, haverá alguma dúvida de que este poder seria usado para os fins aprovados pelas autoridades e para impedir a prossecução de fins que ela desaprovasse?” (Ibidem, p. 126-127)

estariam dispostas na vontade desse grupo seletivo de especialistas. E não haveria, desse modo, outra escolha aos cidadãos além de lhes aceitar.

A autoridade que dirige toda a atividade econômica controlaria não só a parte das nossas vidas relacionada com questões menores, mas também a alocação de meios limitados para todos nossos fins. E quem controlar toda a atividade econômica controla os meios para os nossos fins, tendo, por isso, de decidir quais são satisfeitos. Esse é o cerne da questão<sup>30</sup>.

Para o autor, o controle econômico

não é apenas de uma parte da vida humana que possa ser separada do resto; é o controle dos meios para os nossos fins. E quem tiver o pleno controle dos meios tem também de determinar que fins serão satisfeitos, estabelecer uma hierarquia de valores, em suma, aquilo em que os homens devem crer e almejar. O planejamento central significa que o problema econômico deve ser solucionado pela comunidade, em vez do indivíduo; mas isto implica que também tem de ser a comunidade, ou melhor, os seus representantes, quem decide da relativa importâncias das diferentes necessidades.<sup>31</sup>

Retirando do indivíduo a possibilidade de escolha e controle da economia, estar-se-ia limitando sua própria liberdade ao lhe obrigar a assumir a decisão de um órgão alheio a ele. Esse é “o ponto central da questão” sob um aspecto político. Assim, para Hayek, não há dúvidas de que o controle econômico exercido pelo Estado não é apenas não recomendado, mas viola os princípios democráticos mais basilares e, por essa razão, deve ser rejeitado em favor da liberdade econômica em sentido amplo (direito de comercializar, de contratar, de tomar decisões em plano comunitário, liberdade de concorrência, entre outras).

E como resolver crises como a de 1929? Não deveria o Estado socorrer a economia? Em uma tentativa metafórica para aproximar a visão de Hayek com a de Keynes, imagine-se um ecossistema em chamas, semelhante ao que ocorria com o *crash de Wall Street*: Keynes diria ser necessário que o Poder

---

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 125.

<sup>31</sup> *Idem*.

Público interviesse, apagasse as chamas e provesse o estímulo necessário para que a vegetação conseguisse recuperar o seu estado natural. Hayek, por sua vez, pensaria que incêndios fazem parte do ciclo da natureza, assim como crises estão na essência da economia. Seria preciso, portanto, deixar o incêndio seguir seu curso, não sendo prudente intervir sobre um processo cuja ocorrência é parte normal da natureza e que é necessário para a renovação das espécies. No caso da economia, não deveria o Estado intervir para apagar as chamas da crise, pois o próprio mercado proveria uma solução.

#### 4 AS BENESSES DA ORDEM CATALÁCTICA

Resta discutir a segunda questão apontada, no sentido de compreender qual o caminho que Hayek pensava ser o mais adequado na orientação da economia de um país, já que a planificação não lhe seria uma opção. Sendo a liberdade um dos principais valores cultivados pelas pessoas e se o socialismo é capaz de lhe eliminar com a centralização do poder e planificação da economia<sup>32</sup>, por que não assumir o liberalismo como doutrina política, econômica e social? Quando Hayek foi congratulado com o Prêmio Nobel de Economia<sup>33</sup>, no ano de 1974, o Estado de Bem-Estar Social ainda não havia sucumbido diante da estagflação. Sua contribuição – reconhecida pela Academia Real das Ciências da Suécia pela pesquisa das relações econômicas, sociais e políticas – ocorreria, de fato, somente na década de 1980, quando se reacendeu a discussão em torno da importância da liberdade do mercado.

Segundo Hayek, o mercado é a plataforma igualitária pela qual se alocam os recursos na medida certa sem a existência de um consenso – ilusório – para essa finalidade:

A função de toda atividade econômica é conciliar os fins competitivos, decidindo para quais deles os

---

<sup>32</sup> Importante asseverar neste aspecto que Hayek escreve esse livro em 1944. Ao longo das décadas seguintes, a América Latina, por exemplo, sofreu com governos anticomunistas e ditatoriais que foram capazes de limitar igualmente a liberdade dos indivíduos. Assim, sua crítica ao socialismo é muito pertinente e diversos aspectos se mostraram verdadeiros no período de divisão política do mundo entre Estados Unidos e União Soviética: mas não significa que a cautela deva ser deixada de lado ao se fazer uma leitura englobando somente a dinâmica comunista.

<sup>33</sup> *Prize motivation: "For their pioneering work in the theory of money and economic fluctuations and for their penetrating analysis of the interdependence of economic, social and institutional phenomena"* (Disponível em: <[http://www.nobelprize.org/nobel\\_prizes/economic-sciences/laureates/1974/hayek-facts.html](http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economic-sciences/laureates/1974/hayek-facts.html)>. Acesso em: 17 out. 2017).

meios limitados devem ser empregados. A ordem de mercado concilia as exigências dos diferentes fins não econômicos mediante o único processo conhecido que beneficia a todos sem assegurar, no entanto, que o mais importante preceda o menos importante, pela simples razão de que nesse sistema não pode existir uma ordenação única das necessidades. O que ela tende a gerar é simplesmente um estado de coisas em que nenhuma necessidade é atendida ao custo de se desviar, do uso para outras finalidades, uma quantidade de meios maior que a necessária para satisfazê-la. O mercado é o único método conhecido pelo qual isso pode ser levado a cabo sem uma concordância sobre a importância relativa dos diferentes fins últimos, e com base exclusivamente num princípio de reciprocidade pelo qual as oportunidades de qualquer pessoa tendem a ser maiores do que o seriam em caso contrário.<sup>34</sup>

Hayek aborda as questões de mercado em seu livro *Direito, legislação e liberdade*, pesquisa publicada ao longo da década de 1970 em três volumes. O economista trata de modo específico o mercado no segundo volume, cujo subtítulo é “Uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política”. De início, para ser didático, o autor esclarece uma opção por palavras que lhe parecem mais adequadas. Sob nenhuma hipótese se deve confundir a palavra economia, apesar de ser um vocábulo utilizado em demasia, com a ideia de mercado. A economia, em um sentido estrito, consiste em um complexo de atividades em que um conjunto de meios é distribuído entre fins competitivos, de acordo com um plano unitário e com sua importância relativa. Os sentidos originais dessa palavra para o autor designam: i) “um complexo de ações deliberadamente coordenadas a serviço de uma escala única de fins” e/ou ii) “o sistema de numerosas economias inter-relacionadas que constituem a ordem de mercado”<sup>35</sup>.

Nessa perspectiva, uma grande empresa, uma fazenda ou até uma casa são economias e as pessoas envolvidas em seus processos são economistas.

---

<sup>34</sup> HAYEK, Friedrich August Von. *Direito, legislação e liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política*. São Paulo: Visão, 1985. p. 137.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 130.

Apesar de frequentemente se pensar na figura do economista que trabalha com a macroeconomia, planejando as receitas e despesas de um Estado, Hayek retoma o conceito de economia a partir de sua origem grega (*oiko nomía*), que trata da administração ou do governo da esfera do lar. Em síntese, constitui-se a economia toda esfera dirigida para um objetivo comum, tendo um plano unitário e se utilizando dos recursos disponíveis para a consecução dessa finalidade. Nesse sentido, Hayek diz que a soma de incontáveis economias distribuídas pelo território do Estado constitui um país, não havendo, portanto, apenas uma grande economia. Sendo assim, o maior erro nesse campo é desejar estabelecer um plano único na gestão desta complexa rede interativa de microeconomias com objetivos próprios, intento levado a cabo pelos governos de economia planificada, como no caso da União Soviética.

A principal diferença entre a economia e o mercado é que este, por sua vez, é dirigido por uma ordem que não serve a nenhum fim específico nem tampouco único. Segundo Hayek<sup>36</sup>, o *kosmos* do mercado não é e nem poderia ser governado por uma escala única de fins; ele serve à multiplicidade de finalidades distintas e incomensuráveis de todos os seus membros individuais. O autor aduz que a confusão gerada pelo uso deliberado do termo economia como sinônimo de mercado induziu a criação de um termo próprio para o segundo – “*catalaxia*”<sup>37</sup> –, que designa a “ordem ocasionada pelo mútuo ajustamento de muitas economias individuais num mercado”.

A origem histórica dessa noção em que há colaboração pacífica sem confluírem todos os objetivos entre as pessoas ocorreu, primeiramente, com o escambo, em que a troca de mercadorias permitiu o seu melhor aproveitamento pelos participantes do negócio. O mais importante nessa relação comercial era a troca em si; não havia um objetivo maior que unia as partes. O economista comenta que em uma organização muitas pessoas tendem a contribuir para a

<sup>36</sup> Idem, p. 130.

<sup>37</sup> A etimologia da palavra *catalaxia* é explicada por Hayek nos seguintes termos: “O termo ‘*catalática*’ foi derivado do verbo grego *katallattein* (ou *katallassein*), que significava, vale a pena lembrar, não só ‘trocar’ mas também ‘admitir na comunidade’ e ‘converter-se de inimigo em amigo’. Dele derivou-se o adjetivo *catalático* (*catallactic*), para substituir ‘econômico’ na designação da classe de fenômenos de que trata a ciência da *catalática*. Os gregos antigos nem conheciam este termo, nem possuíam um substantivo correspondente; se tivessem formado um, teria sido provavelmente *katallaxia*. [...] Uma *catalaxia* é, pois, o tipo especial de ordem espontânea produzida pelo mercado, mediante a ação de pessoas dentro das normas jurídicas da propriedade, da responsabilidade civil e do contrato” (Ibidem, p. 131).

satisfação de necessidades gerais que não conhecem e para a consecução de objetivos que podem ser desaprovados pela maioria: como nas sociedades que compõem os Estados ocidentais, todos colaboram entre si na expectativa de fruir seus próprios objetivos<sup>38</sup>. Os tributos pagos são utilizados para fins que não atenderão diretamente os contribuintes, mas essa é a dinâmica de uma economia, em que objetivos maiores são o lastro de união entre as pessoas. No caso do pagamento dos tributos, é a constelação de cidadãos unidos em uma soberania: o não investimento em uma área considerada prioritária por alguns não serve como motivo para não contribuir. Na catalaxia (mercado), por sua vez, todos são estimulados a contribuir para a satisfação das necessidades dos outros sem ter conhecimento de quais necessidades se está falando.

Para a melhor compreensão da catalaxia, Hayek propõe sua análise disposta em um jogo, cuja função é gerar riqueza. O economista não deixa de expressar a força do conteúdo individual sempre presente na teoria liberal, ao comentar que “um dos principais pontos que devemos agora tentar esclarecer é que o resultado desse jogo para cada um será necessariamente determinado, em razão de seu próprio caráter, por uma combinação de habilidade e sorte”<sup>39</sup>. É um jogo pautado na geração de riquezas, pois os jogadores não têm informação direta sobre as necessidades a serem satisfeitas, mas os seus ganhos indicam se sua atuação ocorre de modo adequado. Por exemplo: um fabricante de sapatos não os produz por saber que uma pessoa necessita deles: fabrica-os porque tem a informação de que muitos comerciantes comprarão quantidades diversas de seus produtos, de modo a vendê-los a milhares de outras pessoas. Não se sabe quem são essas pessoas e se de fato elas adquirirão o produto: se o retorno for

---

<sup>38</sup> Acerca de uma ordem comunitária, Hayek comenta que o desejo natural de todos os membros de uma comunidade é instrumental, no sentido de proporcionar a todos as maiores possibilidades de realizar os propósitos de cada um. Uma escala de valores imposta a todos para que as ações individuais se convertam em uma ordem com certa organização para se alcançar a paz social é uma saída muitas vezes tida como interessante, mas se constitui em um grande erro. Hayek está apontando para a liberdade como a mola propulsora para o progresso a partir do intercâmbio de ideias. “Exigir que, para serem membros da sociedade, os nossos semelhantes submetam os seus objetivos concretos a nossa aprovação e apoio deliberado implicaria eliminar o principal fator responsável pelo progresso da sociedade. Onde o consenso sobre objetivos concretos é uma condição necessária da ordem e da paz, e a dissensão, um perigo para a ordem social; onde a aprovação e a censura dependem dos objetivos concretos a que visam ações específicas, haverá grande restrição das forças que favorecem o progresso intelectual” (Ibidem, p. 134-135).

<sup>39</sup> Ibidem, p. 139.

positivo, há uma indicação de que se deve seguir nesse caminho. Aqui, tanto habilidade quanto sorte são as armas dos jogadores.

A esse respeito:

Assim, na ordem de mercado, cada um é levado pelo ganho, que lhe é visível, a atender a necessidades que lhe são invisíveis e, para fazê-lo, a valer-se de circunstâncias particulares desconhecidas, que lhe permitem satisfazer essas necessidades a um custo tão reduzido quanto possível, em relação a outras coisas que se poderiam produzir em seu lugar.<sup>40</sup>

Nesse sistema hipotético de mercado, que se aproxima do real, a função da concorrência é demonstrar quais estratégias são erradas. Por esta razão Hayek aduz que a concorrência de empresas privadas é muito mais benéfica a um custo final muito reduzido se comparado a empresas públicas, que prestam serviço a um custo muito maior e ampliam os fatores de corrupção do sistema político.

No caso de um escambo bilateral, é muito simples perceber vantagens e desvantagens para as partes. Tudo isso é diferente quando se tratam de inúmeras relações negociais entre si, como é o caso do mecanismo de mercado. A maior crítica a ele se relaciona a quem acaba perdendo no jogo. Hayek lembra que, nas várias transações realizadas, os jogadores levam em conta apenas a sua posição pessoal, mas também dependem das posições alheias nesta grande teia de imprevisibilidade<sup>41</sup>. Apesar de haver perdedores, o economista comenta que esta é uma condição necessária para que todos aceitem jogar para aumentar o produto global e seus próprios ganhos. O mérito do mercado está em possibilitar

<sup>40</sup> Ibidem, p. 140.

<sup>41</sup> O autor lembra que, na catalaxia, o presente é o que importa. A despeito de se uma fonte de informações (por exemplo, sobre os preços praticados outrora), o passado não garante nenhum movimento no mercado. Nesse sentido: "A ação do mercado só leva em conta as condições que se sabe existirem no presente (ou que se espera prevaleçam no futuro); adapta-lhes valores relativos sem considerar o passado. Aqueles cujos serviços tinham mais valor no passado foram então devidamente pagos por eles. A nova posição não é uma melhoria em relação à condição passada, no sentido de constituir uma melhor adaptação às mesmas circunstâncias; representa o mesmo tipo de adaptação a novas circunstâncias que a posição anterior representou com relação às circunstâncias então vigentes. No contexto de uma ordem cuja vantagem consiste em adaptar continuamente o uso de recursos a condições imprevistas e desconhecidas pela maioria das pessoas, o passado não tem importância - as condições passadas em nada nos esclarecem sobre o que é apropriado agora" (Ibidem, p. 145).

que todos, na medida de suas capacidades e seus investimento, possam auferir algum ganho futuro, não tendo que sempre partir do nada. Para ele,

embora a parcela de cada um seja imprevisível, porque dependerá apenas em parte de sua habilidade e de suas oportunidades de conhecer fatos, e em parte do acaso, esta é a condição que fará por si só com que seja do interesse de todos agir de modo a aumentar tanto quanto possível o produto global, do qual obterão uma parcela imprevisível. Não se pode afirmar que a distribuição resultante seja materialmente justa, mas apenas que provém de um processo que, como se sabe, aumenta o número de ocasiões propícias ao sucesso de todos, e não de medidas específicas dirigidas que favorecem alguns com base em princípios que não poderiam ser observados por todos.<sup>42</sup>

Nessa dinâmica, Hayek deixa claro que o termo justiça não deve ser utilizado em demasia, pois há regras legais que estabelecem uma organização geral do sistema, o que ele denominou de normas abstratas de conduta. Nesse caso, as normas eliminam algumas fontes de incerteza, mas não todas. Seu objetivo é estabelecer a segurança jurídica mínima para que os participantes se sintam seguros a jogar. Assim, as leis determinam os âmbitos de ações permitidas e proibidas a um número incerto de circunstâncias futuras, sem jamais estabelecer o conteúdo das ações praticadas pelos indivíduos. Sua função, em uma visão tipicamente utilitária empregada por Hayek, é aumentar, o quanto possível, a taxa de sucesso das pessoas. A partir de então, elas não garantem o bom êxito dos esforços particulares, que se vinculam tanto à sorte quanto à habilidade pessoal. Em razão de o sistema criar condições para todos jogarem, Hayek aduz que não há sentido em qualificar os resultados como justos ou injustos.

Obviamente o autor reconhece que em todas as dinâmicas da vida haverá quem trapaceie, e as normas existem para tentar organizar minimamente o sistema. Há também aqueles que no meio do jogo acabarão descobrindo que não dispõem da habilidade necessária. Segundo ele, “na maioria das vezes descobriremos que a corrida não é para os ágeis, nem a batalha para os bravos, nem o pão para os prudentes, nem a riqueza para os inteligentes, nem o favor

---

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 146.

para os sábios: todos estão à mercê das circunstâncias e da sorte”<sup>43</sup>. Todavia, o essencial é que não haja um governo que tenha poderes para socorrer em toda e qualquer hipótese aqueles que não se saíram bem no jogo.

Conforme tratado, as condições são diversas, as regras do mercado existem para todos e não há um objetivo específico. No entanto, interferências estatais quebrantariam esse sistema por ser um ato de “coerção” ao estabelecer um determinado resultado em favor de alguém. Assim, “cada ato de interferência cria, assim, um privilégio no sentido de assegurar benefícios a alguns em detrimento de outros, de uma maneira não justificável por princípios suscetíveis de aplicação geral”. A interferência coercitiva será admitida quando de algum modo beneficiar igualmente a todos.

Com essa metáfora, Hayek deixa clara a sua preferência por um mecanismo que estabeleça regras gerais e deixe o jogo seguir influenciado pelas flutuações próprias. O Estado nesse sistema tem um papel quase inexistente, demonstrando que sua visão é exatamente oposta à de Keynes: se o sistema como um todo está em chamas, o próprio mercado proverá soluções para contornar esse problema. Para Hayek, é necessário deixar que as pessoas façam suas escolhas e apostem nesse ideal, não devendo haver um ente público que sempre esteja tentando socorrer parte da população, atuação que ocorre de modo inadequado, não igualitário e que conduz à perda de liberdade de seus cidadãos por restringir sua ação própria.

E qual é a grande valia de um sistema de mercados? Hayek responde a essa questão dizendo que a ordem social mais desejável é aquela em que há condições para se escolher caminhos próprios e lhes desenvolver baseados nas aptidões e nos esforços pessoais. É possível que se fosse dado a alguém escolher o sistema político e econômico que considerasse mais adequado, essa pessoa poderia olhar para o passado e apontar para a vida que a aristocracia fundiária europeia cultivou, mas com toda certeza desde que se garantisse faria parte aristocrática: se houvesse grandes chances de se tornar um paupérrimo trabalhador agrícola, “é bem provável que, nesse caso, escolheria justamente aquele tipo de sociedade industrial que não oferecesse tais regalias a uns poucos, mas proporcionasse melhores perspectivas à grande maioria”<sup>44</sup>.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 150-155.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 156-157.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da distinta perspectiva de John Maynard Keynes e Friedrich Hayek, o presente artigo buscou delinear o modo como cada um desses pensadores contribuiu, em diferentes momentos do século XX, com a economia de seus países. Apontando caminhos distintos acerca da intervenção do Estado, ambos os autores tocam, ainda que não de modo direto, na sempre atual questão da liberdade que os cidadãos dispõem, seja em âmbito econômico, político ou jurídico.

Valendo-se das teses desses grandes economistas, acredita-se e se postula que a garantia da liberdade e a criação de um estado mínimo de igualdade material, na qual sejam proporcionadas as condições mais fundamentais às pessoas, seja o passo essencial a ser trilhado pelos governos. Para tanto, o Estado é um ator importante na fórmula que conjuga a ampliação das liberdades reais dos indivíduos, seja pela via das políticas públicas oriundas dos poderes representativos, seja pela garantia jurisdicional conferida aos cidadãos. Não se crê que nenhum outro ator possa atuar de modo mais preponderante do que o ente estatal e, por conta disto, é necessária a sua participação nesse momento em que se clama pela ampliação e proteção dos direitos, causa e condição da legitimidade do Estado Democrático de Direito.

A esse respeito, oportuna a menção do pensamento de Amartya Sen, enunciado na obra *Desenvolvimento como liberdade*, na qual o autor considera um conjunto de cinco liberdades instrumentais – liberdade política, segurança protetora, facilidades econômicas, garantias de transparência e oportunidades sociais – como caminho necessário para a busca pelo desenvolvimento. Em outros termos, o economista se preocupa com os reais fatores de diminuição de desigualdade social que ensejarão no desenvolvimento social: quanto maior o grau de desenvolvimento de cada um dos cinco elos mencionados, tanto mais livre será a sociedade. As condições que privam um indivíduo de sua liberdade, em sentido contrário, são a pobreza e a tirania, a falta de oportunidades econômicas e a destituição social além da negligência estatal ou interferência excessiva de Estados repressivos. Nesse sentido, tais liberdades são fundamentais no que tange ao desenvolvimento das capacidades de cada pessoa<sup>45</sup>.

Retornando a Keynes e Hayek, tais pensadores contribuem, cada qual a seu modo, do que se busca na atualidade: o desenvolvimento econômico que

---

<sup>45</sup> Para aprofundar o estudo de Amartya Sen, indica-se: SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

garanta direitos a todos, por um lado, sem necessariamente uma intervenção estatal totalitária, na qual se impossibilita o livre viver. Esse é o grande desafio de se pensar a liberdade e a economia, na tênue linha que separa garantia e engessamento pela via do ordenamento jurídico.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; GIANFRANCO, Pasquino. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: UNB, 1998.

DAVIDSON, Paul. Colocando as evidências em ordem: macroeconomia de Keynes *versus* velho e novo keynesianismo. In: LIMA, Gilberto Tadeu; SICSÚ, João; DE PAULA, Luiz Fernando. *Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

KEYNES, John Maynard. The end of laissez-faire. Disponível em: <<http://www.panarchy.org/keynes/laissezfaire.1926.html>>. Acesso em: 17 out. 2017.

\_\_\_\_\_. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HAYEK, Friedrich August Von. *Direito, legislação e liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política*. São Paulo: Visão, 1985.

\_\_\_\_\_. *O caminho da servidão*. Lisboa: Edições 70, 2009.

MISSIO, Fabrício Jose; OREIRO, Jose Luis. Equilíbrio com desemprego involuntário em um modelo de ciclo-limite. *Economia*, Brasília/DF, v. 9, n. 3, p. 545-575, set./dez. 2008.

NOBEL PRIZE. Friedrich Hayek. Disponível em: <[http://www.nobelprize.org/nobel\\_prizes/economic-sciences/laureates/1974/hayek-facts.html](http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economic-sciences/laureates/1974/hayek-facts.html)>. Acesso em: 17 out. 2017.

NUNES, Antonio José Avelãs. *Introdução à história da ciência econômica e do pensamento econômico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007.

\_\_\_\_\_. *Uma introdução à economia política*. São Paulo: Quartier Latin, 2007a.

REZENDE, Cyro. *História econômica geral*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Submissão em: 16.11.2017

Avaliado em: 27.11.2017 (Avaliador A)

Avaliado em: 22.11.2017 (Avaliador B)

Aceito em: 06.12.2017

